

RESENHA

“A GUERRA CIVIL EM ANGOLA, 1975-2002”de Justin Pearce¹Gilson Lázaro²

A guerra civil em Angola, 1975-2002 é um livro publicado em abril de 2017 em Portugal pelo jornalista e pesquisador sul-africano Justin Pearce, cuja edição original em língua inglesa apresenta um título diametralmente oposto - *Political identity and conflict in central Angola, 1975-2002* com dupla edição nos Estados Unidos da América e na África do Sul pela Cambridge University Press. A tradução publicada dois anos mais tarde desperta interesse do leitor de língua portuguesa e lê-se de forma arejada. A capa é ostensiva com um vermelho rubro que procura antagonizar o galo negro símbolo da UNITA e a estrela preta e amarela símbolo do MPLA. Nesta edição e ao contrário do original sobrepõe-se à estrela preta e amarela ao galo negro. O seu propósito não passou despercebido, pois a capa do livro e o exercício de sobreposição de símbolos políticos dos dois movimentos rivais além das cores e do título parecem destoar do conteúdo.

O livro resulta da realização de algumas dezenas de entrevistas do autor na região do Planalto Central de Angola, cuja edição original notavelmente despreziosa traz na capa a fotografia de um ex-combatente da UNITA numa ex-região militar situada na província do Bié, ao passo que a contracapa é acompanhada de comentários de reputados académicos dos temas de Angola.³

Na edição portuguesa a opção de alterar o título do livro para *A guerra civil em Angola, 1975-2002*, não sendo o foco central da abordagem tem a veleidade de

1 Pearce, Justin. 2017. *A guerra civil em Angola 1975-2002*. Lisboa: Tinta-da-china, p. 295.

2 Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola. E-mail: lazaro.gilson@gmail.com

3 Os historiadores (Linda Heywood e Jean-Michael Mabeko-Tali), os politólogos (Gerald Bender e Ricardo Soares de Oliveira) e o antropólogo (António Tomás).

confundir o leitor menos atento. Num livro dividido em nove capítulos, Justin Pearce mergulha na história do conflito para questionar as identidades e adesão política dos vários segmentos sociais angolanos para o seio dos dois movimentos antagônicos, designadamente a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Soa algo forçada a simetria que o autor estabelece ao analisar os dois movimentos rivais ao longo do conflito armado com enfoque no Planalto Central.

Em sentido contrário ao de Rafael Marques, o seu prefaciador que não se conteve no entusiasmo exacerbado, o autor mostra-se cauteloso perante a tentação de proferir afirmações categóricas sobre a história do conflito angolano e as suas dinâmicas internas e externas. Não se verifica uma única menção às consequências da pesada herança colonial no que as clivagens e construções identitárias dizem respeito.

Há uma primeira menção exagerada do seu prefaciador quando tenta sugerir certo pioneirismo de Justin Pearce no tratamento dessa temática. Tal é a força do equívoco que vale destacar, em primeiro, o livro *The normality of civil war: armed groups and everyday life in Angola*, de Teresa Koloma Beck e a coletânea *Dynamics of Social Reconstruction in post-war Angola*, Arnold Bergstraesser Institut, 2016. A segunda menção é de ordem metodológica, pois que anteriormente Teresa Beck havia realizado com ex-combatentes da UNITA pouco depois de 2002 a que designou como tendo sido o *projeto de engenharia social* criado por essa organização político-militar angolana. A terceira menção que Marques faz da prioridade do autor manifestada pela atenção dada as narrativas de cidadãos comuns, é outra meia verdade, porquanto sempre que necessário Justin Pearce recorre aos notáveis da UNITA para confirmar ou infirmar uma dada situação ou informação. A divisão entre os pros e contra que o autor faz das intervenções dos seus informantes podem confirmar essa constatação.

O tom do prefácio revela que o seu autor não está familiarizado com o debate sobre o conflito angolano. Igual entusiasmo incontido se pode verificar no comentário de Ricardo Oliveira na orelha do livro. Em se tratando do único comentário do original mantido na edição portuguesa soa a exagero.

Na verdade, Justin Pearce parece aprofundar o seu interesse pelas nuances identitárias ligadas à UNITA já no seu primeiro livro "*An outbreak of Peace: Angola's situation of confusion*" [Uma eclosão da paz: a situação de confusão em Angola].⁴ Porém, num artigo em coautoria com Didier Peclard intitulado "*L'UNITA à la recherche de 'son peuple'*" [A UNITA à procura do seu povo],⁵ ambos trabalham a noção émica de "povo da UNITA" para explicar

4 Tradução do autor.

5 Tradução do autor.

a estratégia urdida pelo movimento fundado por Jonas Savimbi para mobilizar e vincular as populações que os acompanhavam, embora nos pareça problemática quando usada para explicar a confluência identitária de uma região complexa como a do Planalto Central. Disso é testemunha a primeira entrevista que abre o livro quando a sua interlocutora, anônima, responde de forma contundente que “já fui membro da UNITA, mas agora sou membro do governo (Pearce 2017, 23). A ambiguidade dessa resposta tem o seu interesse holístico. Há um certo sentido em que se confunde identidade política com étnica e regional.

Um aspeto que nos parece crucial no livro de Pearce é que nas primeiras páginas o autor trabalha com a noção de *rebeldes* aplicada à UNITA para mais adiante referir que quer para a própria UNITA, quer para o seu rival MPLA, “a política do conflito tornou-se um elemento constitutivo de versões diferentes e incompatíveis da nação angolana” (Pearce 2017, 39). Parece-nos problemático o uso da noção de *rebeldes* aplicada à UNITA.

No capítulo I, o autor retrata os antecedentes da independência, o início do conflito armado e, nota-se, claramente, uma tensão entre as narrativas portuguesa e a angolana que se excluem mutuamente, daí ser notável um certo mal-estar do autor. Quer nos pareceres que Justin Pearce evita habilmente analisar o drama da guerra anticolonial que opôs as forças armadas portuguesas aos movimentos de libertação nacionais, pois não deixou de sucumbir ao *discurso paternalista* da época verificável na utilização do chavão da *descolonização à portuguesa* mal gerida sem lhe conferir um exame crítico. O autor parece aderir às meias-verdades que se podem encontrar numa certa literatura historiográfica lusa. E neste particular usa o termo *revolução portuguesa* (Pearce 2017, 44) ou, antes, *à partida portuguesa* (Pearce 2017, 37) num tom atenuante.

Mais relevante do que isso é adesão ao discurso que subalterniza à independência de Angola ao 25 de abril de 1974. A crítica que faz a narrativa hegemónica da guerra-fria (Pearce 2017, 28-31) impõe-se, em nosso entender e de forma extensiva, aos mitos em torno do 25 de Abril de 1974, pois as independências de Angola, Guiné-Bissau e de Moçambique realizaram-se à custa do muito sangue derramado de parte a parte. Se é verdade que se reconhece a contribuição dos acontecimentos de Portugal colonial (sobretudo 25 de Abril de 1974) para o curso da história nas ex-colónias, o inverso também é verdadeiro, embora, em última análise, o 25 de Abril resultasse da pressão que do teatro militar nas ex-colónias do que o contrário.

Os capítulos III e IV são densos, porém, a limitação demonstrada no uso da noção de estado constrange a análise, pois é problemático o confinamento a que o autor relega o *Estado da UNITA* e o *Estado do MPLA* às

margens geográficas das cidades do Planalto Central. Em sentido contrário ao do autor, entendemos que a UNITA não trabalhou com uma noção de estado baseada no território. Contrariamente ao estado convencional controlado pelo MPLA que procurou manter os limites geográficos coloniais, a UNITA moveu-se a partir de uma ideia de *comunidade imaginada*, na aceção de Benedict Anderson (2009), que poderiam tanto funcionar na cidade, em zonas rurais – ditas livres - e nas matas. A Jamba, enquanto comunidade imaginada pela UNITA e último seu bastião ou *comunidade de sofrimento* Ferrão (2016) - um quase estado - é disso exemplo. Por outro lado, a problemática das identidades raciais no contexto colonial dos finais dos anos 1950 e início de 1960 que propiciaram a fundação da UNITA e do MPLA não obtiveram nenhuma menção. Justin Pearce passa ao lado dessa questão e tenta homogeneizar o Planalto tendo como enfoque a classe negra instruída e as populações camponesas que os acompanharam.

No capítulo III foi interessante verificar a forma como Pearce discute a desmistificação da *longa marcha* da UNITA, embora parecesse sensível a performance discursiva dessa organização quanto ao fato de ela se auto definir como defensora dos interesses do campesinato. Ao longo do capítulo o autor dá-se conta das ambiguidades que o discurso da UNITA, que apresentava dualidades justificativas para mobilização das classes instruídas (pastores, padres, enfermeiros, professores, técnicos administrativos, e estudantes das missões) das cidades e vilas do planalto ao mesmo tempo que se dizia ser depositária de base militante rural. Neste particular entendemos que a noção de campesinato não tenha merecido discussão por parte do autor cuja realidade não lhe conferir plausibilidade. Os dois capítulos acima referidos reforçam ao nível da análise a bipolaridade do conflito angolano, mas fica igualmente patente a fragilidade deste esquema enquanto categoria analítica quando tenta evitar as armadilhas das *identidades políticas* instáveis à medida das circunstâncias no decurso da guerra civil. Neste esquema urdido no livro fica difícil escapar ao confinamento identitário-político associado aos dois movimentos de libertação, na medida que as pessoas que tivessem vivido nas zonas sob controlo de um e de outro movimento não tivessem outras opções de escolha. Tal premissa não escapa e nos parece bem coerente com a classificação étnica do nacionalismo angolano feita pelo historiador norte-americano John Marcum (1969), que há muito pavimentou toda a interpretação histórico-política do nacionalismo contemporâneo e tem sido uma camisa-de-força para pesquisadores dos temas de Angola. Apesar da justificação do autor, constata-se uma apresentação arbitrária dos perfis dos entrevistados, sem se perceber as escolhas que tiveram na base da omissão, da substituição por nomes fictícios e da revelação em outras circunstâncias dos nomes verdadeiros. Por isso afirmação apresentada no prefácio

(Pearce 2017, 9) entra em rota de colisão com o conteúdo, pois o autor contraria o seu prefaciador tendo em conta a escolha que faz no capítulo V, que retrata a trajetória da UNITA no Planalto Central entre os anos de 1976 a 1991. Os relatos dos entrevistados são eles mesmos uma forma individual de recordação, de lidar com a memória do que aconteceu no passado e daquilo que se escolhe recordar. As memórias não estão isentas de manipulações voluntárias ou não. Aliás, o ato de recordar certos episódios e não outros mais traumáticos é em si um exercício de escolha. Salta aos olhos o uso recorrente dos verbos *recordar*, *lembrar* e *relembrar* quando apresentados os fatos relatados pelos interlocutores, assim como não escapa aos olhos uma posição hierárquica entre os entrevistados. Os laços de parentesco para além dos lócus geográficos dos entrevistados assim como as suas zonas de pertença e de residência não parecem ter merecido atenção do autor quando analisa as identidades.

Ao fixar-se na questão ideológica, Justin Pearce parece ter descurado desse importante marcador identitário num contexto de guerra em que as fronteiras identitárias são ténues. A linha que separa um militar de um civil é precária. Nota-se de igual modo uma certa imprecisão no uso das noções de *agricultor* e *camponês*. Um adequado tratamento conceitual ajudaria a orientar o leitor para o significado que o autor pretendia transmitir. No capítulo VI, o autor concentra-se nos relatos dos seus interlocutores para descrever o bastião da UNITA localizado do sudeste angolano, um seu *quase estado*, muitas vezes confundindo propaganda e realidade. A escassez de fontes alternativas de informação que permitiriam apresentar uma imagem da Jamba mais factual constrange a análise.

Nos capítulos VII e XVIII análise focaliza-se nos anos 1990 para explicar atuação da UNITA e do MPLA nas ditas *idades* do Planalto Central. Na verdade, as cidades que o autor se refere são o centro administrativo do Huambo, do Cuíto e do Bailundo e pouco mais do que isso. A guerra decorreu efetivamente nos espaços intermédios entre a *vila* – normalmente o centro administrativo e urbano e as aldeias ao seu redor, onde as fronteiras que separam o casco urbano do rural ou das *matas* são ténues e assumem variedades múltiplas em função das percepções locais.

O capítulo XI encerra a discussão sobre as dinâmicas últimas em alguns momentos épicos que a guerra tomou. Narra-se, no entanto, as formas de recuperação militar do território nacional levadas a cabo pelo exército nacional, as fragilidades e perda de força militar da UNITA, e a morte do seu fundador assim como as iniciativas que culminaram com assinatura do memorando do Luena assumidas pelas entidades militares, marginalizando de tudo modo os atores civis. No último capítulo Justin Pearce não só não valoriza as iniciativas das organizações religiosas (COIEPA, Jubileu 2000, Pro-Peace, CICA e outras) e cívicas (Associação Cívica de Angola e

outras) como também retirou poucas consequências do seu corpus empírico quando analisa a reconciliação nacional baseando-se mais nas suas próprias impressões sobre o contexto político da época do que nos relatos dos seus entrevistados.

Apesar do que ficou dito acima, o livro de Justin Pearce tem o mérito de provocar o debate sobre as identidades políticas e outras no contexto de guerra dentro e fora de Angola.

REFERÊNCIAS

- Anderson, Benedict. 2009. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Beck, Teresa Koloma. 2012. *The Normality of Civil War: Armed Groups and Everyday Life in Angola*. Frankfurt/New York: Campus Verlag.
- Ferrão, Raquel. 2016. *The UNITA Insurgency and the Suffering Communities in Angola*. In: *Dynamics of Social Reconstruction in Postwar Angola*. Freiburg: Arnold Bergstraesser Institut.
- Florêncio, Fernando. 2016. *Dynamics of Social Reconstruction in Postwar Angola*. Freiburg: Arnold Bergstraesser Institut.
- Pearce, Justin. 2017. *A guerra civil em Angola 1975-2002*. Lisboa: Tinta-da-china.
- _____. 2005. *An outbreak of Peace: Angola's situation of confusion*. Cape Town: Davidphilip.
- _____. 2015. *Political Identity and Conflict in Central Angola, 1975-2002*. Cambridge University Press.
- Pearce, Justin; Peclard, Didier. 2008. *L'UNITA à la recherché de son peuple. Politique Africaine, L'Angola dans la paix. Autoritarisme et reconversions* 47-64.
- Marcum, John. 1969. *The Angolan Revolution Vol 1. The Anatomy of An Explosion (1950-1962)*. Cambridge, Massachusetts, London: The M.I.T Press.

Recebido em 23 de março de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.